

A MORTE DO LEITEIRO E OUTRAS MORTES

Mônica Sette Lopes*

A verdade é que tinha me esquecido da combinação com os dois alunos. Eles queriam que lesse um poema para ilustrar seu trabalho sobre o realismo jurídico americano. Não disseram qual era o poema. Apenas pediram e marcaram para sexta-feira, depois da última aula. Queriam que uma juíza lesse o poema. Especificamente uma juíza, este personagem tão relevante para a aquela corrente de pensamento. Talvez aqueles dois alunos, no entusiasmo de produzir o diferente para o professor-poeta, que leciona filosofia do direito, nem se dessem conta de que esta juíza lê os americanos realistas com um gosto enorme. Que ela não se cansa de repetir a frase de Jerome Frank que alerta sobre o risco das provas e afirma que juízes também são testemunhas. Testemunhas do testemunho das testemunhas. Repete essa frase em cada aula. Lembra dela em cada audiência. Sabe, de pensar com outras pessoas¹, que testemunhas são sempre sobreviventes. Sobrevivem para contar o que viram e como viram. Para fazer relato daquilo de que, às vezes, não se lembram inteiramente. E nem sempre podem contar de modo correto exatamente porque são apenas os sobreviventes. E há os que não sobrevivem para dizer como foi. Tal e qual. Ela entende a referência do autor americano à *moderna mágica do direito (modern legal magic)* que pretende incutir a certeza de que leis e direito sejam automáticos². Abracadabra. Olho de cabra. E a justiça se faz. Algo que não é. Jamais foi. E talvez nunca seja.

Além de Jerome Frank, há Llewellyn, o do nome cheio de l's, que decifra os mistérios de um direito que escapa da forma e que não foi bem entendido quando alertou para o risco. *O direito é o que juízes e servidores da Justiça fazem com os conflitos* ("*What these officials do about disputes, is, to my mind, the law itself*")³. Ele disse isto em 1930, na primeira edição do livro feito para explicar aos alunos de início de curso como era o direito, pondo *num mesmo barco* juízes, promotores, servidores, oficiais de justiça, carcereiros – todos eles encarregados do ofício da justiça e do direito. O nome do livro: *The bramble bush*. Uma tradução: *O espinheiro*. Não era uma frase

* Juíza da 12ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte. Professora dos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Direito da UFMG e residente do IEAT/UFMG (2009/2010). Doutora em filosofia do direito.

¹ Cf. LEVI, Primo. *Les naufragés et le rescapés: Quarante ans après Auschwitz*. Paris: Gallimard, 1989, AGAMBEN, Giorgio. *Ce qui reste d'Auschwitz : L'archive et le témoin*. Homo Sacer III. Trad. Pierre Alferi. Paris: Payot & Rivages. 2003.

² FRANK, Jerome. *Courts on trial: myth and reality in American Justice*. Princeton: Princeton University, 1973.

³ LEWELLYN, Karl. *The bramble bush*. Dobbs Ferry, NY: Oceana, 1977, p. 8.

solta. Não era a síntese de seu pensamento. Ali estava uma ideia para ser contextualizada com o resto todo – o que estava no livro, o que estava fora dele –, pela necessidade de ter consciência do papel destas pessoas em seu ofício num sistema em que o direito é composto a partir do caso. Algo diferente do nosso direito. Não totalmente diferente, porém, porque há juízes e servidores, processos, secretarias, audiências, execuções. Há oficiais de justiça e carcereiros. Há cada caso, cada um com sua dose de realidade total. Ele continuava o livro a falar sobre o direito e os direitos. Coisas que são de todos os tempos. Nenhuma ideia original, Llewellyn reconhece. Ideias sobre o que observara. A frase significava algo vivenciado, portanto:

“Estas palavras expressam uma verdade profunda e frequentemente triste para qualquer advogado: ele pode conseguir para seu cliente o que ele pode conseguir, e nada mais. Elas expressam uma verdade ainda mais profunda e verdadeira para o litigante: Direitos que não se realizam são mais do que inúteis. Eles caem nas armadilhas da morosidade, das despesas e do sofrimento (*heartache*). As palavras apontam o problema da reforma das instituições e impõem a nós o eterno problema da necessidade de pessoal cuidadoso, atento, sábio. Eles sinalizam, de um lado, a possibilidade da diferenciação por favoritismo ou preconceito e, de outro, a possibilidade de muito bem sendo feito com um instrumental doentio e cambaleante.”⁴

Os meninos, ainda no início do curso, estavam na porta da sala, esperando a professora, que prometera, mas esquecera. Queriam ver como a professora-juíza falaria da morte depois de acontecida, como ela falaria do leiteiro morto por descuido, que não vive mais. Do conflito que se implanta e não tem mais volta. Do homem que se arrepende depois que o tiro estalou. A arma na mão. O leiteiro morto. O tempo da inexorabilidade que continua intacto mesmo ao sabor das pressões e das sanções. O tempo que não muda nunca mais. Eles queriam que ela falasse de verdades cambaleantes, de sofrimento, de dificuldades de tornar real a justiça, porque o tempo não pára. E eles lhe deram a folha com o poema que ela não sabia qual seria. Nas letras impressas, o texto reconhecido de leituras dos tempos de ser como aqueles meninos. *A morte do leiteiro*, de Carlos Drummond de Andrade.

E ela leu.

“Há pouco leite no país,
é preciso entregá-lo cedo.

⁴ LEWELLYN, op.cit., p. 9.

Há muita sede no país,
é preciso entregá-lo cedo.
Há no país uma legenda,
que ladrão se mata com tiro.
Então o moço que é leiteiro
de madrugada com sua lata
sai correndo e distribuindo
leite bom para gente ruim.
E como a porta dos fundos
também escondesse gente
que aspira ao pouco de leite
disponível em nosso tempo,
avancemos por esse beco,
peguemos o corredor,
depositemos o litro...
Sem fazer barulho, é claro,
que barulho nada resolve.”

E enquanto lia, ela pensava nos processos da semana, na montanha deles subindo e descendo e subindo e descendo na mesa ao lado, a exigir a persistência de quem seca gelo. E nas pessoas atrás dos processos. E em tanta gente à volta deles, levando-os de lá para cá, daqui para lá. Os carrinhos, os elevadores, a sala, o gabinete, a secretaria. De lá para cá, daqui para lá. Nos silêncios sobre como tudo isto é feito. Sobre o trabalho que dá. E ela foi continuando a ler até terminar a história do leiteiro morto pelo tiro do acaso. E de tanta gente que esquece os impulsos da vida e a humana compreensão do que deles brota.

Acabada a leitura, os alunos pediram que ela lesse de novo. Um erro na gravação. Um barulho de fundo. E ela repetiu, percorrendo a trama de riscos. Porque este erro dava para consertar. Mas o erro do homem que matara o leiteiro, estava cravado na vida. Marca indelével.

“Meu leiteiro tão sutil

de passo maneiro e leve,
antes desliza que marcha.
É certo que algum rumor
sempre se faz: passo errado,
vaso de flor no caminho,
cão latindo por princípio,
ou um gato quizilento.
E há sempre um senhor que acorda,
resmungando e torna a dormir.
Mas este acordou em pânico
(ladrões infestam o bairro),
não quis saber de mais nada.
O revólver da gaveta
saltou para sua mão.
Ladrão? se pega com tiro.

Os tiros na madrugada
liquidaram meu leiteiro.
Se era noivo, se era virgem,
se era alegre, se era bom,
não sei,
é tarde para saber.
Mas o homem perdeu o sono
de todo, e foge pra rua.
Meu Deus, matei um inocente.
Bala que mata gatuno
também serve pra furtar
a vida de nosso irmão.
Quem quiser que chame médico,

polícia não bota a mão
neste filho de meu pai.
Está salva a propriedade.”

Ela chegou ao fim da sexta-feira, ao depois do último compromisso da semana. Os alunos acompanharam a derradeira parte exposta dos dias de trabalho. Desligaram a máquina, deram adeus e se foram alegres na expectativa de apresentar o trabalho ao professor-poeta, na expectativa da vida que para eles se descortina.

O poema alçaçara seu fim sem fim.

“A noite geral prossegue,
a manhã custa a chegar,
mas o leiteiro
estatelado, ao relento,
perdeu a pressa que tinha.
Da garrafa estilhaçada,
no ladrilho já sereno
escorre uma coisa espessa
que é leite, sangue... não sei.
Por entre objetos confusos,
mal redimidos da noite,
duas cores se procuram,
suavemente se tocam,
amorosamente se enlaçam,
formando um terceiro tom
a que chamamos aurora.”